

# Rede de fiscalização do Bolsa Família e CadÚnico: políticas fortalecidas

» WELLINGTON DIAS

Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

» JOÃO PAULO SANTOS

Advogado da União e Coordenador da Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e do CadÚnico

O Programa Bolsa Família é reconhecido no mundo inteiro como um dos melhores programas de transferência de renda já feitos, sendo um dos mais estudados na academia como modelo de política pública de resultados em larga escala.

Apesar disso, foi contestado e descontinuado com o advento de programas sem a mesma relação com condicionalidades de saúde e educação e sem a âncora de execução do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse enfraquecimento é visto como uma das causas de o Brasil, infelizmente, ter voltado ao Mapa da Fome.

A posse do presidente Lula trouxe diversas esperanças embutidas em sua própria imagem e compromisso de vida — entre elas, novamente um Programa Bolsa Família robusto o suficiente para retirar o Brasil do Mapa da Fome mais uma vez.

Nesse sentido, o programa voltaria fortalecido e calcado no lema de que ninguém que não tenha direito receba e, ao mesmo tempo, ninguém que tenha o direito fique de fora. É nessa lógica que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome fortaleceu, em sua retomada, como nunca, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), com uma atualização que pudesse ter integridade de dados dos 95 milhões de brasileiros que hoje o compõem. Além disso, foi retomado um esforço nacional de busca ativa, retomando a pactuação do SUAS em todos os entes federativos, tornando o combate à fome uma tarefa de todos.

Além dessa retomada, é dever sempre buscar o aprimoramento de um Programa como o Bolsa Família, que deve ter sua excelência cada vez mais ampliada, seja na execução, seja no monitoramento ou na avaliação da política pública, com indicadores claros de resultados periódicos. É nesse sentido que o presidente Lula assinou o Decreto 11.762, de 30 de outubro de 2023, criando a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

A ideia é que fiscalizar políticas sociais de grande vulto não pode seguir a mesma lógica-padrão da fiscalização em geral. É fundamental partir do princípio que não se pretende criminalizar a pobreza, criminalizar cidadãos já em estado de hipervulnerabilidade. É entender que a fiscalização deve se dar sobre a gestão pública, entendendo seus gargalos — inclusive orçamentários — e as suas possibilidades de superação. É entender que a estruturação de um sistema federativo, perene e com servidores efetivos, condiciona diretamente a eficiência da política. É contar com a presença do controle social — feito, na verdade, pelos milhares de Conselhos Municipais de Assistência Social e sua luta diária na ponta, lado a lado com o cidadão.

É para isso que a rede de fiscalização criada reúne todo o governo federal nessa tarefa e,

nominalmente, coloca o Ministério do Desenvolvimento Social ao lado da Controladoria-Geral da União, da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Gestão e Inovação e da Secretaria Geral da Presidência da República, incumbidos da tarefa de apresentar planos anuais de fiscalização, sob os quais se crie uma sinergia que oriente a importância do Bolsa Família e do Cadastro Único para todo o país.

O Plano Anual 2024 foi tornado público pela Portaria MDS 969, de 15 de março de 2024, com ações gerais, como a unificação do fluxo de denúncias no governo federal, a criação de uma unidade de inteligência de dados que possa monitorar movimentações atípicas e fraudes cibernéticas, uma racionalização das auditorias e averiguações federais, reforço junto aos tribunais de conta na fiscalização, especialmente no período eleitoral vindouro, entre outras.

A meta é ousada, mas o caminho é um só, ano a ano, proteger e fortalecer ainda mais um patrimônio do Brasil: o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único. Tais tecnologias sociais foram responsáveis diretas por termos, em 2014, pela primeira vez, superado nosso flagelo multissecular da fome. Desta vez, a meta é não só chegar a esse sonhado objetivo mais uma vez, mas também, quem sabe, construir uma sociedade justa, livre e solidária que possa colocar na vida das pessoas uma democracia cada vez mais tangível, que possa se chamar também, como nossos constituintes imaginaram, de Estado de Bem-Estar Social.



G O M E Z

## Adoecimento também é acidente do trabalho

» JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA

Procurador-geral do Trabalho

» CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN

Titular da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

A união de diversas instituições na campanha Abril Verde reforça as ações pela conscientização e a luta pela prevenção de doenças e acidentes relacionados ao trabalho. A definição pelo mês de abril para realização da campanha resulta de datas importantes na história do trabalho. Com as comemorações do Dia Mundial da Saúde, em 7 de abril, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) definiu o 28 de abril como o Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

A data foi escolhida por marcar a promulgação da primeira lei que representou avanços para a saúde e segurança no trabalho. Isso ocorreu em 28 de abril de 1919 em Ontário, Canadá, que, posteriormente, em 1991, se tornou o primeiro país a reconhecer e adotar esse dia como data nacional. Ele também é uma referência à memória de 78 trabalhadores mortos no “desastre de Farmington”, explosão de uma mina de carvão na Virgínia (EUA), em 20 de novembro de 1968.

Acidentes não são obras do acaso. Acometem centenas de milhares de vítimas todos os anos: cerca de 70 por hora apenas no mercado formal de trabalho brasileiro e que não considera a

subnotificação gigantesca de doenças relacionadas ao trabalho. Dados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, mantido pelo Ministério Público do Trabalho e pela OIT, em parceria com diversos órgãos públicos, indicam que o Brasil está entre os países com maior número de acidentes do trabalho e de mortes decorrentes desses acidentes.

A subnotificação justifica o tema da campanha Abril Verde, do Ministério Público do Trabalho, neste ano: Adoecimento também é acidente do trabalho — Conhecer para prevenir. O slogan não é mero reflexo de uma opção do legislador brasileiro, mas o reconhecimento de que a afetação da saúde do trabalhador pelas condições e pela organização do trabalho emite um sinal claro de que as medidas de prevenção são insuficientes ou inexistentes.

Outro fator importante que distorce as estatísticas oficiais relacionadas aos acidentes do trabalho diz respeito à quantidade cada vez menor de empregos formais, visto que são notificados por meio da Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) somente os acidentes das pessoas que têm a carteira de trabalho assinada.

A Convenção 161 da OIT trata dos serviços de saúde no trabalho e prevê, expressamente, a inclusão daqueles que atuam na informalidade. Já

ratificada pelo Brasil, a convenção resguarda o “mínimo existencial” aos trabalhadores em relação à saúde e à segurança no exercício das atividades laborais, torna obrigatória a adoção de medidas preventivas e assegura um meio ambiente de trabalho saudável, tanto no mercado formal, quanto no informal. A Constituição da República de 1988 segue a linha da ampla proteção ao assegurar o direito fundamental à redução dos riscos inerentes ao trabalho a todos os trabalhadores urbanos e rurais.

Neste Abril Verde, é fundamental que instituições como o Ministério Público do Trabalho, empresas, órgãos governamentais, sindicatos, trabalhadores e toda a sociedade se unam para promover, de forma contínua, a segurança e a saúde no trabalho. Isso inclui a implementação de políticas e práticas que busquem prevenir acidentes e doenças, identificar, avaliar e revisar as medidas de prevenção, escutar os trabalhadores sobre sua percepção quanto aos riscos e melhorias das medidas de prevenção e promover treinamentos regulares, estabelecendo uma cultura organizacional que valorize a segurança, a vida e a saúde física e emocional dos trabalhadores e das trabalhadoras

## Mosquitos do fim do mundo

» MARCELO COUTINHO

Professor doutor da UFRJ e analista sênior de hidrogênio

Estudos científicos como a publicação na *Revista Nature* intitulada *Mudanças climáticas, anomalias térmicas e a recente progressão da dengue no Brasil* confirmam que as condições climáticas mais quentes agravaram as taxas de incidência de dengue mesmo em áreas com taxas historicamente baixas. A epidemia da doença no Brasil fez o sistema hospitalar colapsar em algumas regiões, superando, inclusive, a pandemia da covid-19 em índice de letalidade.

Mas não são apenas esses mosquitos que estão se espalhando com o aumento do calor. Outros insetos e doenças têm crescido com as mudanças no clima. A probabilidade de epidemias e pandemias aumentou. E isso acende um novo sério alerta: de que já entramos na segunda fase do apocalipse climático. Além da presença cada vez mais incômoda desses bichos, o aquecimento global traz perigos ainda maiores.

A primeira fase são aumento da frequência e força dos incêndios florestais, de secas, tempestades, inundações, ondas de calor, erosões, deslocamentos atmosféricos, apagões, perdas de espécies, morte dos recifes de corais e até nevascas. Temos visto isso acontecer nos últimos anos, levando, inclusive, ao aumento também dos seguros. Seguradoras se recusam a fechar contratos em alguns lugares de risco — mesmo muito ricos, como a Califórnia, nos EUA — porque a probabilidade de catástrofes socioambientais e prejuízos generalizados cresceu.

Além das epidemias como a da dengue, a segunda fase dos efeitos do aquecimento global inclui o fim do gelo no Ártico no verão, perdas sistemáticas de safra, mudanças extraordinárias nas estações do ano e colapso das correntes marítimas. As safras sofrem com os eventos climáticos extremos iniciados na primeira fase, mas se tornam mais generalizados na etapa seguinte, sobretudo com as mudanças nos regimes de chuva e o aumento da temperatura do solo. Alguns grãos já sentem esses efeitos. A tendência é que se torne mais grave, colocando no limite de risco a produção, por exemplo, de trigo e cevada. Ou seja, nessa fase teremos muito mosquito e o começo da falta de pão e cerveja.

A mudança não oficial nas estações do ano é gradativa, e alguns dos seus sinais podem ser observados. Segundo o programa Copérnico da União Europeia, as flores estão nascendo mais rápido no velho continente, antecipando a primavera em 22 dias. É um fenômeno silencioso, não faz tanto barulho como os outros, mas mexe bastante com o ecossistema, sobretudo com os pássaros e insetos polinizadores. De acordo com a Bloomberg, as flores prematuras também abrem caminho para a primavera nos EUA com um mês de antecedência. As plantas estão desnordeadas. As árvores começam a subir as montanhas ou lugares mais altos um pouquinho a cada ano, e há flores se espalhando até na Antártica.

De todos os eventos, o colapso das correntes marítimas é o mais assustador nessa fase. Se a corrente do Atlântico conhecida como AMOC vier a parar, e ela vem desacelerando, as temperaturas começarão a cair drasticamente no Hemisfério Norte, sobretudo na Europa, e a subir demais no Hemisfério Sul, especialmente no Brasil. Sem a AMOC para transferir calor do sul para o norte, as temperaturas variarão até 15°C. Essa corrente está entrando em colapso devido ao derretimento do gelo que interrompe o seu sistema, que funciona como uma escada rolante. Além de congelar a Europa, esse colapso praticamente destruiria a Floresta Amazônica e seus animais, faria o nível do mar subir até 1 metro, pioraria muito os furacões nos EUA e desertificaria grande parte do Brasil.

A segunda fase dos efeitos das mudanças climáticas pode ser considerada o momento de inflexão sem volta. Isto é, chegando a esse ponto, não haveria mais como deter o processo de destruição do mundo como o conhecemos, nem como evitar a terceira fase, caracterizada pelo colapso dos ecossistemas, aniquilação de grande parte da fauna terrestre e marinha, crise econômica global, fome, miséria, migrações, conflitos, guerras, refugiados e caos social.

Portanto, o enxame dos mosquitos pode representar hoje, para nós, muito mais do que a terceira e a quarta pragas do Egito significaram na *Bíblia*. Podem ser o prenúncio do fim dos tempos. A única solução verdadeiramente consistente é acelerar agora a transição energética com eólicas, solares, baterias e hidrogênio verde, sem mais nenhum adiamento.